Por que os incentivos a fundos importam para ativos digitais

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

A indústria de fundos de Singapura apoia-se em três isenções legais. As seções 13D, 13O e 13U do Income Tax Act 1947 isentam a "specified income" (renda especificada) obtida por um fundo aprovado a partir de "designated investments" (investimentos designados), desde que o fundo seja administrado por um gestor de fundos sediado em Singapura e cumpra as condições fixadas pela MAS (Monetary Authority of Singapore). Sem uma isenção, um fundo com residência fiscal em Singapura pagaria 17% sobre seu lucro de negociação. Um fundo que compra e vende ativos com frequência é um trader segundo a análise dos indícios (badges of trade) do Capítulo I. Com uma isenção, o fundo nada paga sobre a renda especificada, qualquer que seja seu padrão de negociação. Para um fundo de ativos digitais, as isenções pesam mais do que para um fundo de ações long-only, já que a intensidade de negociação da maioria das estratégias cripto enfraquece o argumento do ganho de capital e faz da isenção a única proteção confiável.[1]

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Os três regimes foram prorrogados pelo Budget 2024 até 31 de dezembro de 2029, e suas condições foram revistas pela MAS Circular FDD Cir 10/2024, de 1º de outubro de 2024, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025. O Budget 2025 e as circulares subsequentes trouxeram novos ajustes. A situação das condições em 30 de junho de 2026 é apresentada a seguir.[2]

Notas

1. Income Tax Act 1947 (2020 Rev. Ed.), seções 13D (antiga 13CA), 13O (antiga 13R) e 13U (antiga 13X); Income Tax (Exemption of Income of Prescribed Persons Arising from Funds Managed by Fund Manager in Singapore) Regulations 2010 e os regulamentos paralelos relativos às seções 13O e 13U. As seções foram renumeradas na 2020 Revised Edition da lei, em vigor desde 31 de dezembro de 2021. ↩
2. MAS Circular FDD Cir 10/2024, de 1º de outubro de 2024 (condições revistas para as seções 13D, 13O e 13U com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025), conforme resumido em Deloitte Singapore, *Tax Bytes*, 3 de outubro de 2024. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.